O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 14/08/2022 - 06:00

Iniciativas ligam preservação da Amazônia à educação

Um ensino de mais qualidade na região passa a ser visto como solução para a preservação

Como a escola pode salvar a Amazônia

DE LEMBRA DE
RENATA CAFARDO

Aos poucos, cresce a consciência no Brasil de que é necessário mais do que não cortar árvores para preservar a Amazônia. É de que é preciso olhar para a educação dos povos – indígenas, ribeirinhos, quilombolas, urbanos – que vivem no meio de tanto verde e tanta água. Durante o primeiro semestre, o **Estadão** viajou para Amazonas e Pará para apurar como é possível fazer uma escola pública de qualidade na região, uma educação para a sustentabilidade. E também o que falta para se chegar a isso.

Comparados ao restante do País, os resultados da educação na Amazônia são sempre piores. Na Amazônia Legal, terno criado pelo governo federal na década de 1950 e que inclui nove Estados, há menos crianças em creche e mais pré-escola, baixa escolaridade e mais analfabetos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos Estados amazônicos, indicador da qualidade do ensino do País, está no fim do ranking nacional. Rondônia tem o melhor Ideb do ensino médio da região, mais inferior à média brasileira. Os índices do Pará e do Amapá relativos ao 5.º ano ficam em 4,9, o mais baixo do Brasil.

O cenário ainda inclui um recorde de desmatamento – nunca se perdeu tanta mata em 18 anos – e números alarmantes de desenvolvimento social. Só 35,8% das casas têm saneamento básico adequado, segundo o IBGE. No restante do País, o índice é de 73,7%. É mais baixo a expectativa de vida e são mais altos os índices de mortalidade infantil, gravidez na adolescência e população abaixo da linha da pobreza.

Crianças barbaros como o assassinato do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira são também fruto da pobreza e do abandono do povos locais. Adolescentes sem uma escola que mostre um futuro melhor são atraídos para o garimpo e pesca ilegais, para o tráfico, para o crime.

Há tanto iniciativas individuais concretas quanto grandes projetos para mudar essa realidade. "Um dos maiores desafios para quem trabalha com educação no interior da Amazônia é tornar a escola mais significativa para crianças e jovens, estimulando cadeias de bioeconomia, mas também valorizando a identidade local, o ser amazônida", diz a professora da Universidade Federal do Amazonas Kátia Schweickardt. Ela está à frente do projeto Planur Educação, do Instituto Gesto, com o apoio da Fundação Leman, que faz parcerias com redes municipais da Amazônia para melhorar a gestão e a aprendizagem.

O entendimento é o de que a floresta precisa fazer parte dos currículos de maneira transversal. Isso significa não separar uma disciplina para falar do tema e, sim, estar sempre presente no projeto pedagógico, nos materiais, na prática. "A Amazônia é o lugar onde essas crianças vivem e isso tem de fazer parte da aprendizagem desde o primeiro momento em que pisam na escola porque cria identidade, pertencimento e uma aprendizagem significativa", diz Kátia.

A necessidade de uma educação que se identifique com a realidade amazônica esbarra em um contexto de diversidade de desafios, com povos de culturas diferentes, pobreza e longas distâncias. O acesso dos professores exige horas de barco. As comunidades são pequenas e espalhadas, o que impossibilita a formação de salas de aula com número de alunos viável para que o governo pague um profissional por turma.

Podcast
Dois episódios especiais do 'Estadão Noticias' sobre a educação na Amazônia estão disponíveis nos agregadores de áudio.

"Não dá para a gente resolver o problema do desmatamento da Amazônia só olhando para agenda ambiental."
Renata Piazzon
Uma Concertação pela Amazônia

"A Amazônia é o lugar onde essas crianças vivem e isso tem de fazer parte da aprendizagem desde o primeiro momento em que pisam na escola porque cria identidade, pertencimento e uma aprendizagem significativa."
Kátia Schweickardt
Universidade Federal do Amazonas

"No cotidiano da comunidade indígena, a gente aprende vivendo. É isso que eu trago para a escola."
Tomé Kambeba
Professor da escola indígena Kanata Tykua

IDENTIDADE. A sala do professor Tomé Kambeba tem dez crianças, com idades de 8 a 10 anos – elas estariam no 3.º, 4.º e 5.º anos do fundamental. Todos vivem na Comunidade de Três Unidos, uma aldeia indígena do povo Kambeba, a duas horas de barco de Manaus. No meio do dia, vão todos para o Rio Negro, que banha a comunidade. De roupa mesmo, as crianças imitam as braçadas do professor, ouvem sobre como manter a canoa boiando, sem virar ou encher de areia.

"Eu trabalho a Matemática, pedindo pra calcular quantos metros a canoa andou, o espaço, Geografia, e a história da canoa", diz Tomé. Para ele, não importa a idade das crianças e, sim, em que momento da aprendizagem estão, para que um possa ajudar o outro. "No cotidiano da comunidade indígena, a gente aprende vivendo. É isso que trago para a escola."

Hoje a escola indígena Kanata-Tykua faz parte da rede municipal de educação de Manaus e tem prédio construído pela prefeitura. Mas o diretor da escola, Raimundo Kambeba, de 34 anos, começou a dar aulas de maneira improvisada quando tinha 14, a pedido do cacique, o Tuxaua da aldeia. Esse é o nome que se dá ao cuidique na língua kambeba. Raimundo alfabetizava usando frutos, sementes e um quadro preto de compensado.

A escolarização dos Indígenas no Brasil foi por muito tempo marcada pela presença dos religiosos, com a ideia de educá-los e catequizá-los para que ficassem mais parecidos com os brancos. Movimentos indígenas em busca de reconhecimento se intensificaram nos anos 1980 e, com a Constituição em 1988, os povos ganharam o direito à manutenção da sua identidade cultural e de ter a escola como meio para isso. Em seguida, leis e normas reconheceram a importância dos próprios indígenas na construção da sua educação e os governos passaram a investir em formação de professores, currículo e em materiais didáticos.

Hoje existem 3,4 mil escolas em territórios indígenas no Brasil e só 72% delas têm prédio ou alguma construção. "São crianças que estudam em lugares inadequados, debaixo de árvore, numa casa comunitária, igrejinha ou em um barranco na Amazônia", diz o professor da Universidade de Brasília (UNB) Gersem Baniwa, especialista em educação indígena. "A precarização é enorme, o financiamento desapareceu." Questionado, o MEC informou que o governo Bolsonaro investiu R$ 22 milhões para formação de professores indígenas desde 2019. O valor é inferior ao que era destinado anualmente até 2015.

São 23 mil docentes indígenas no País, o que daria cerca de 6 para cada escola e há déficit a partir do 5.º ano e no ensino médio. E mais de 370 mil alunos. "Não faz sentido colocar um professor não indígena numa escola indígena, seria a mesma coisa de colocar um indígena para dar aulas numa escola da Avenida Higienópolis. É uma pedagogia totalmente diferente."

A escola de Raimundo tem três professores e 40 alunos. Todos ensinam em português e na língua kambeba. As salas de alfabetização têm letras correspondentes a palavras em kambeba, como A que não é de "avião" e, sim, de "apiçara" (homem na língua nativa). Além das aulas no rio, o projeto pedagógico inclui arco e flecha, comidas típicas, histórias do povo, dança, música e pintura corporal. "A gente vê o que é importante do currículo não indígena e faz um outro, com conhecimento tradicional, ancestral", conta Raimundo.

HORAS DE BARCO. Outras comunidades enfrentam desafios semelhantes. A secretária de Educação de Moju, no Pará, Sandra Araújo, conta sobre a dificuldade em contratar profissionais para atuar nas escolas das 13 comunidades quilombolas da cidade. Para chegar a algumas delas, são 32 horas de barco. A legislação exige que seja aberto concurso público, mas muitas vezes nenhum dos classificados aceita o trabalho. O transporte escolar é feito por barqueiros e Sandra já brigou na Justiça para poder contratá-los entre os moradores das comunidades, que conhecem bem a região.

A pandemia piorou a situação. No Pará, a maioria dos alunos ficou sem ir à escola por dois anos e, com pouco acesso à conectividade, o ensino remoto não foi eficiente. Há crianças de 6.º ano que não estão alfabetizadas. Marcos Henrique, de 13 anos, consegue ler apenas a palavra "covid-19" no texto do livro durante a aula de Ciências no fim de março. "Fica triste porque precisa pedir ajuda aos amigos."

No Brasil, aumentou de 25% para 48% o número de crianças não alfabetizadas de 6 e 7 anos – idade considerada ideal para aprender a ler e escrever – entre 2019 e 2021. Antes mesmo da pandemia, uma de cada grupo de dez pessoas com mais de 15 anos já era analfabeta na Amazônia Legal.

A crise de Marivaldo Valadares, na Comunidade de São Sebastião, no Pará, tem dois códmodos onde moram 14 pessoas, o casal, seus dez filhos e dois netos. Não há banheiro. A comunidade é quilombola e vive da agricultura, da pesca e de programas sociais do governo, as margens do Rio Moju. O açaí é o principal alimento.

Depois de dois anos sem aulas por causa da pandemia, folhas rasgadas do livro didático eram usadas para tapar buracos na parede. "É para não poder bichos pela parede para a cozinha", explica Maciana, de 12 anos. No fim de março, a irmã Mailane, de 9 anos, não lembrava em que série estava. Marina, de 17 anos, cursava o ensino médio, mas esperava os professores aparecerem.

Na Amazônia profunda, com a dificuldade de acesso e poucos alunos, os professores se dividem e passam alguns meses em cada comunidade ensinando uma disciplina só. Depois vão embora e vem outro, de outra matéria.

"Não dá para a gente resolver o problema do desmatamento da Amazônia só olhando para agenda ambiental", diz Renata Piazzon, secretária executiva da rede Uma Concertação pela Amazônia e diretora do Instituto Arapyaú. A rede surgiu em 2020 e reúne integrantes da academia, setor privado, governo e sociedade civil para pensar soluções para o desenvolvimento sustentável da região. O grupo tem nomes como o apresentador Luciano Huck, o ex-ministro Arminio Fraga, Candido Bracher, do Itaú, e Joaquim Levy, do Safra.

Resultados de iniciativas de educação e com cadeias produtivas sustentáveis em comunidades já mostram redução no desmatamento. "A gente tem de trabalhar para o aumento dos Indicadores sociais tendo como consequência uma redução do desmatamento. Olhar para a população local e construir soluções com ela."

"A adição na China, nos Estados Unidos, em São Paulo e em Ananindeua, precisa ser ensinada. Mas numa comunidade indígena, o professor pode trabalhar com frutas, árvores. Na quilombola, eles têm jogos tradicionais da África", diz Helena Rocha, professora do Instituto Federal do Pará, especialista em formar professores em educação para relações étnico-raciais. Ela diz que não é possível uma educação mais significativa se os docentes também não mudarem a forma de ensinar.

A partir de 2003, a educação brasileira passou a considerar as chamadas relações étnico-raciais. O País reconheceu tardiamente que era preciso ensinar sobre a contribuição de mulheres e homens africanos, indígenas e descendentes na formação da sociedade. A doutoranda em Antropologia Social da Federal do Amazonas Inês Nepomuceno, de 22 anos, conta que nasceu no interior do Pará e nunca a escola a ajudou a compreender a importância de viver na Amazônia. "O efeito era contrário, usávamos livro didático do Sudeste. Existe bagagem colonial, tentativa de se desvencilhar da origem da região." ●

A VIAGEM FOI PAGA, FOI FEITA A CONVITE DO INSTITUTO GESTO

FOTOS: TÂNIA RÊGO/EBC/ESTADÃO

1. Menina aprende a ler em português e em kambeba

2. Mailane, de 9 anos, mostra o açaí, colhido

AMAZÔNIA LEGAL

Nove Estados fazem parte da denominação

7 milhões de estudantes de educação básica

Amazônia Legal tem aproximadamente **5 milhões de km²**

FONTE: IBGE/ESTADÃO (ARTE/MARCELO ESTADÃO)

'Nós, os seres humanos, também somos a floresta'

Roberto Garrido, de 47 anos, cortava árvores na Amazônia desde os 12. Ele entrava na mata e passava a semana, longe da mulher e dos filhos, atrás de madeira. Depois, trazia tudo nas costas e terminado nas canoas pelo Rio Negro. "Era meu sustento, eu achava que o atravessador era o herói." A vida dele e seu olhar para a floresta mudaram depois que o filho Giovani, hoje com 24 anos, pôde estudar. O jovem se formou no ensino médio, fez ensino superior e cursos de empreendedorismo na comunidade ribeirinha de Tumbira, onde moram, no Amazonas.

As transformações começaram quando a terra foi decretada Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), uma unidade de conservação da Amazônia, em 2008. "Pra mim era o fim do mundo, um cara nascido e criado cortando madeira? Achei que minha vida ia acabar", conta Roberto. Na época, a comunidade mal tinha escola ou internet.

Mudança
Ex-madeireiro passou a trabalhar com turismo depois que o filho conseguiu estudar empreendedorismo

Com a reserva veio também a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), que fez estudos sobre a potencialidade do local, sobre como aquela população de menos de 200 pessoas poderia sobreviver sem destruir a mata. Instalou um núcleo com posto de saúde, biblioteca, escola estadual e cursos profissionalizantes. "A gente levou especialistas em turismo, chefes de cozinha, designers", lembra a superintendente da FAS, Valdéia Solidade.

Giovani participou de tudo e abriu uma pousada. Hoje está construindo, com o pai, casas para a comunidade, mas que são alugadas por curtos períodos para turistas que querem viver a realidade da Amazônia. "Quando eu era criança, eu não sabia da grandeza que nós tínhamos", diz.

Hoje a família toda vive do turismo. "Os jovens se julgam inferiores aqui. Mas, com o turismo, ele é doutor, ninguém sabe mais do que ele. Nós somos a Amazônia também, nós, os seres humanos", diz Roberto. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: A fundo **Caderno:** C **Pagina:** 10 e 11

Copyright © Clipclap 2026.